



ANMP

BOLETIM

Associação Nacional de
Municípios Portugueses

PROLONGANDO-SE ATÉ 20 DE MAIO

Iniciadas as comemorações dos 20 Anos de Poder Local Democrático

A Associação Nacional de Municípios Portugueses está a comemorar os 20 Anos de Poder Local Democrático, celebrações que tiveram início no passado dia 12 com um encontro com os Jornalistas durante o qual Mário de Almeida sublinhou que ao longo das duas décadas de Municipalismo Democrático muito foi feito em favor do progresso sustentado e da qualidade de vida das populações.

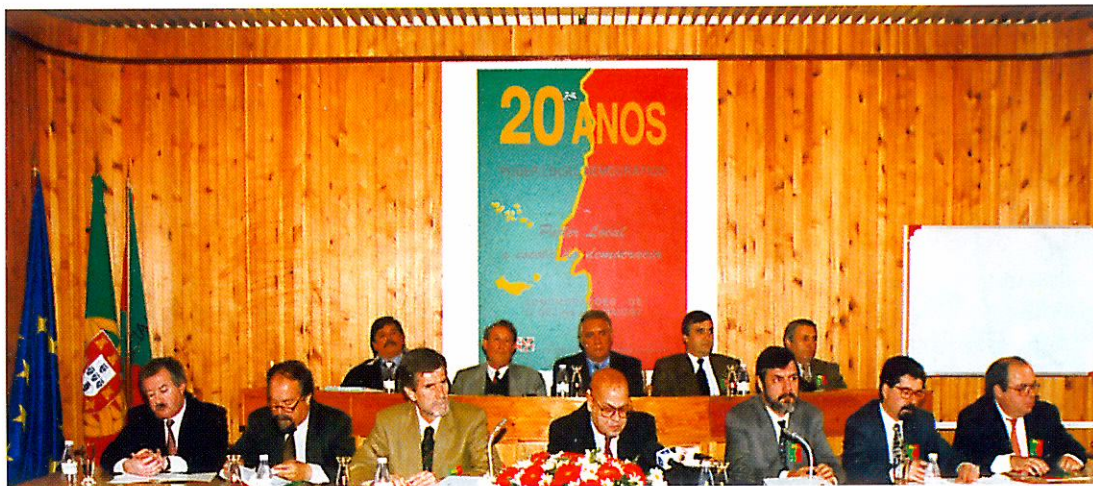
Ao referenciar o quanto caminho falta ainda percorrer, o Presidente da ANMP, aludindo à permanente insatisfação dos Autarcas, precisou a impositiva necessidade de ser repensada a capacidade financeira do Poder Local, enfatizou a inadiável urgência da descentralização, e reiterou o repto, ao Governo e à Assembleia

da República, de revisão do quadro legal em que se movimentam as Autarquias, particularmente a Lei de Finanças Locais, como forma de, exemplificou, não estarmos sempre dependentes do Orçamento de Estado de cada ano e de cabimentações orçamentais de conjuntura.

Entretanto, no dia imediato, a

Assembleia da República assinalou, com uma Sessão Especial, a efeméride que Mário de Almeida consideraria, na sua intervenção, como uma data muito cara para aqueles que, nos Municípios e Freguesias, servem, com interesse e dedicação visíveis, as suas comunidades.

Págs. 4 e 5



ANUÁRIO 96

Prestígio internacional inequivocamente consolidado

Enquanto se confirmava como estrutura indispensável às Instituições Municipais no que respeita ao concerto das grandes questões que se levantam à vida autárquica, a Associação Nacional de Municípios Portugueses reforçaria, ao longo de 1996, o seu papel de intransigente

defensora dos efectivos interesses do Poder Local português e reafirmava, como sobremodo o comprova a eleição de Mário de Almeida para a Presidência da OICI, um inequívoco prestígio internacional.

Da vasta actividade desenvolvida – onde avultam, como realizações maiores,

o X Congresso Nacional, o Seminário “A Regionalização para Portugal”, e o XXIII Congresso Ibero-Americano de Municípios –, relevo para a permanente preocupação de privilegiar as áreas da formação e informação dos 305 Associados.

Págs. 6 e 7

Sismo no Perú reclama solidariedade municipal

Como foi amplamente noticiado, ocorreu, recentemente, no Perú, um sismo de grande intensidade (ver Boletim ANMP de Novembro) que destruiu, quase por completo, três Municípios do sul daquele País.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses, na qualidade de Secção Portuguesa da OICI e como Presidente daquela Organização, está a coordenar uma campanha internacional, que já recolheu a solidariedade das congéneres do Brasil, Espanha e Argentina, tendo em vista apoiar as três Autarquias afectadas, tentando minorar os avultados prejuízos causados pelo sismo.

Neste sentido, o Conselho Directivo da ANMP – seguro do espírito de entreatajuda que sempre



caracterizou e distingue o Poder Local Democrático – acaba de apelar à solidariedade das Câmaras Municipais portuguesas para com os Municípios de Palpa, Nazca e Ica, através da atribuição de um subsídio monetário.

Recorde-se, a propósito, que a ANMP assumiu em Outubro passado a presidência da Organização Ibero-Americana de Cooperação Intermunicipal (OICI), entidade que representa o Poder Local nos Países Latino-Americanos, Portugal e Espanha, quadro que carrega para as instituições municipais portuguesas acrescidas responsabilidades também na procura de soluções de auxílio e colaboração em situações de dificuldade acrescida.



***A Delegação
da ANMP
em Lisboa
apoia logisticamente
os Associados***

***Rua Domingos Sequeira,
72 - 2º F, 1300 Lisboa
Telefones 600308 / 605633
Fax 605754***

PARA O ANO DE 1997

Conselho Directivo aprovou Plano de Actividades e Orçamento

O Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses aprovou, durante a sua reunião plenária do passado dia 17, o Plano de Actividades e Orçamento para 1997, documento que deverá agora ser ratificado pelo Conselho Geral.

De acordo com o projecto delineado dois factores deverão marcar a actividade a desenvolver pela ANMP ao longo do próximo ano, de um lado as comemorações do 20.º Aniversário das primeiras eleições locais, por outro, a realização de novo acto eleitoral autárquico.

Com efeito, sublinha-se, o 20.º Aniversário do Poder Local Democrático representa para Associação a realização de um conjunto significativo de iniciativas até Maio, conforme programa já aprovado – e que mobilizarão esforços consideráveis, com realce para a Exposição Nacional de Municípios –; enquanto, pela inversa, e como é habitual, a realização de novas eleições locais condicionará a actividade a desenvolver no segundo semestre do ano.

Os objectivos fundamentais a atingir neste fim de mandato – de que daremos notícia pormenorizada no Boletim de Janeiro –, na sequência coerente das preocupações da ANMP nos últimos anos, traduzem-se na permanente procura das melhores soluções para um sempre mais adequado serviço das Autarquias às populações, designadamente através do reforço da autonomia do Poder Local, nos planos administrativo, financeiro e de planeamento; definição e clarificação de responsabilidades entre a Administração Central e a Local; e adequação do financiamento das Autarquias às realidades e necessidades actuais.



COM EMPENHAMENTO MUNICIPAL

Brinquedos tornam mais alegre

● Natal de crianças da Bósnia

“De Portugal para a Bósnia com Amor” foi o título de uma campanha dinamizada no sentido de às crianças daquele País ser proporcionado, na presente época natalícia, algum calor humano.

Solicitada a colaboração da Associação Nacional de Municípios Portugueses tendo em vista a mobilização das Autarquias na recepção e recolha das dádivas – brinquedos e peças de roupa –

ofertadas pelos alunos das nossas escolas, logo a estrutura representativa do Poder Local, à semelhança do aconteceu em anteriores circunstâncias, deu resposta afirmativa ao pedido formulado.

Em conformidade, logrou obter-se a generalizada adesão dos Municípios portugueses, que, de tal jeito, reafirmaram a vocação humanística e filantrópica que desde sempre enformou as instituições municipais democráticas lusas. Em quadro que se revelou como de fundamental importância para o êxito da iniciativa.

Visando sobretudo a colecta de brinquedos – que, como dizíamos, tornam mais alegre a quadra de Natal de tantos pequerruchos infelizmente mais habituados aos horrores da guerra do que às brincadeiras próprias da sua idade –, a campanha, segundo as palavras das suas dinamizadoras, ultrapassou todas as expectativas, um sucesso para o qual muito contribuíram quer a disponibilidade manifestada pelas Autarquias, quer o empenhamento da sua estrutura aglomeradora, a Associação Nacional de Municípios Portugueses.



ENCONTRO COM OS JORNALISTAS

A ANMP deu início às comemorações dos 20 Anos de Poder Local Democrático

A Associação Nacional de Municípios Portugueses está a comemorar os 20 Anos de Poder Local Democrático. Para apresentação do vasto programa celebrador, o Conselho Directivo da ANMP promoveu no passado dia 12 um encontro com os Jornalistas durante o qual o seu Presidente, Mário de Almeida, sublinhou que ao longo das duas décadas de Municipalismo Democrático muito foi feito em favor do progresso sustentado e da qualidade de vida das populações.

Ao referenciar o quanto caminho falta ainda, contudo, percorrer, o Presidente da ANMP, aludindo à permanente insatisfação dos Autarcas, precisou a imperiosa necessidade de ser repensada a capacidade financeira do Poder Local, meios acrescidos com os quais se pretende, disse, não mais poder, antes melho-

res instrumentos para responder, com redobrada eficácia, aos justos anseios dos cidadãos.

Enfatizando a inadiável urgência de descentralização, Mário de Almeida defendeu, a par da valorização do Poder Local, esse passo essencial que nos falta ainda dar e que é a Regionalização Administrativa do Continente.

Em paralelo, o Presidente da ANMP reiterou o repto, ao Governo e à Assembleia da República, de revisão do quadro legal em que se movimentam as Autarquias,

particularmente a Lei de Finanças Locais, como forma de, exemplificou, não estarmos sempre dependentes do Orçamento de Estado de cada ano e de cabimentações orçamentais de conjuntura.

Num outro passo da sua intervenção, Mário de Almeida reafirmou que o Poder Local não pretende situações de privilégio, antes procura os instrumentos fundamentais para sua dignificação e para levar a bom termo, renovadamente, as aspirações das comunidades que serve.

Freguesia haverá Sessões Comemorativas; terá lugar o I Encontro Autárquico de Língua Portuguesa; em todos os Concelhos vão decorrer exposições subordinadas ao tema "20 Anos de Poder Local/20 Anos de Desenvolvimento"; será promovido um concurso aos níveis das escolas do ensino básico e secundário (nas modalidades de desenho e texto); e celebrar-se-á o Dia do Desporto Municipal.

A Exposição Nacional dos Municípios, a decorrer na Exponor, mostrará



De acordo com a programação delineada para celebração dos 20 Anos de Poder Local Democrático – que se prolonga até 20 de Maio de 1997 –, para além da Sessão Especial que decorreu no Parlamento (ver na página 5), o Presidente da República e o Primeiro-Ministro vão realizar jornadas de trabalho, em Coimbra, na Sede da Associação Nacional de Municípios Portugueses, cuja calendarização será dada a conhecer oportunamente.

Nas Assembleias Municipais e de

a obra realizada pelo Poder Local; vão realizar-se diversas iniciativas ao nível dos meios de comunicação social; serão editados medalha, selo e moeda comemorativos; procurar-se-á promover o embandeiramento de diversas pontes do País; vai ser criado um espaço na Internet; os jovens nascidos no dia das primeiras eleições autárquicas serão convidados para uma iniciativa específica; e alunos e professores dos cursos superiores na área do Poder Local vão ser desafiados para uma reflexão e avaliação sobre o ensino de tais matérias.

COM INTERVENÇÃO DE MÁRIO DE ALMEIDA

20 Anos de Poder Local Democrático celebrados na Assembleia da República

Sob a égide da sua entidade aglomeradora, as Autarquias portuguesas estão a comemorar os 20 Anos de Poder Local Democrático, orgulhosas da obra desenvolvida pela gestão descentralizada, mas seguras do muito que falta ainda concretizar, afirmou o Presidente da ANMP, Mário de Almeida, durante a Sessão Especial celebradora promovida na Assembleia da República.

A cerimónia, presidida por Almeida Santos – que, na sua intervenção, enfatizaria a importância da concretização do projecto regionalizador e o inquestionável papel dele, em prol do desenvolvimento económico e social dos portugueses, tem sido desempenhado pelas Autarquias – teve lugar no passado dia 13, tendo usado da palavra, na ocasião, designadamente, Presidentes de Câmaras Municipais representantes das principais formações partidárias.

Começando por evidenciar que o dia 12 de Dezembro é, efectivamente, para aqueles que, nos Municípios e Freguesias do País, servem, com interesse e dedicação visíveis, as suas comunidades, uma data muito cara, Mário de Almeida sublinharia que, por tanto, estamos a celebrar, de consciência tranquila, o vigésimo aniversário das primeiras eleições locais livres, no que queremos ser acompanhados pelas altas instâncias nacionais e pelos portugueses em geral.

Depois de referenciar que numa autêntica autonomia político-administrativa e financeira residem, indubitavelmente, os mais importantes vectores da dignificação do Poder Local, o Presidente da ANMP afirmou que, após inúmeras e repetidas promessas e garantias que de todos os quadrantes temos vindo a receber, estamos cansados de esperar. Pelo que reafirmamos, disse, uma consciente petição: a de que nos sejam atribuídos, de pleno direito, todos os instrumentos legais imprescindíveis para melhor cumprirmos os mandatos populares legitimamente recebidos.

Ao relevar a reconhecida valia do Poder Local – uma das melhores formas organizativas de bem gerir o interesse

comum –, lembraria que a proximidade das Autarquias com as pessoas e com os problemas, a inigualável capacidade de adaptação daí advenientes, são factores que lhes trazem vantagens acrescidas e que bem as dotam para enfrentar os desafios da modernidade.

No Poder Local repousa muito do essencial por que tem de passar uma outra visão, mais dinâmica e participada, da Administração Pública, continuou, até porque a parceria e a subsidiariedade são, na sociedade de informação dos dias de hoje, a mais adequada resposta perante as justas e crescentes exigências das comunidades. E é aproximando os centros de decisão dos cidadãos que alcançaremos uma mais participada governação dos interesses colectivos.

Reconhecendo que, assoberbado por uma evidente falta de meios para cumprir integralmente as missões de que está incumbido, tolhido nas suas limitações financeiras, manietado por um quadro legislativo ainda cerceador, são enormes as dificuldades com que se debate o Poder Local Democrático português, Mário de Almeida afirmou que as Autarquias, com toda a sua panóplia de potencialidades, ainda não foram inteiramente aproveitadas por aqueles que vêm detendo as maiores responsabilidades políticas da Nação.

Ao garantir que não pretendemos situações de privilégio, mas que jamais pactuaremos com a errada partilha de

recursos nacionais de que enferma a nossa Administração – sobretudo quando se sabe que os Autarcas portugueses, com apenas 7% da despesa pública nacional, garantem 25% do investimento público e 18% do emprego público – o Presidente da ANMP relevou a premência de uma profunda reforma político-administrativa que conduza, em essência, a uma maior participação dos cidadãos nas decisões que a todos respeitam.

A ANMP defende, desde há muitos anos, a Regionalização como veículo privilegiado para o aprofundamento da democracia, advogando ser ela um instrumento insubstituível de planeamento e de desenvolvimento harmónico do País.

Já a terminar, Mário de Almeida frisou que, na procura de uma inequívoca dignificação das Instituições Municipais, importa recordar a imperiosa necessidade de algumas leis estruturantes do Poder Local passarem a ser de valor reforçado – enquanto reafirmava a inadmissibilidade da autonomia autárquica estar dependente, ao sabor das conjunturas, de circunstâncias variáveis de ano para ano, de Orçamento de Estado para Orçamento de Estado –, para concluir dizendo que a aprovação de uma nova Lei de Finanças Locais já no início do próximo ano será, sem dúvida, sinal seguro de que as instituições portuguesas querem, com confiança, enfrentar os desafios que o novo milénio a todos implicará.



Consolidado um inequívoco prestígio internacional

Enquanto se confirmava como estrutura indispensável às instituições municipais no que respeita ao concerto das grandes questões que se levantam à vida autárquica, a ANMP reforçaria ao longo de 1996, o seu papel de intransigente defensora dos efectivos interesses do Poder Local português e reafirmava, como sobremodo o comprova a eleição de Mário de Almeida para a Presidência da OICI, um inequívoco prestígio internacional.

Da vasta actividade desenvolvida – onde avultam, como realizações maiores, o X Congresso Nacional, o Seminário “A Regionalização para Portugal”, e o XXIII Congresso Ibero-Americano de Municípios –, relevo para a permanente preocupação de privilegiar as áreas da formação e informação aos 305 Associados.

JANEIRO

O Primeiro Ministro, António Guterres, acompanhado pelo titular da pasta do Planeamento e da Administração do Território, e pelos Secretários de Estado Adjunto e da Administração Local e Ordenamento do Território, visita oficialmente – tendo sido o primeiro Chefe de Governo a fazê-lo – a Sede da ANMP, em Coimbra.

Depois de participação activa da ANMP, o Parlamento europeu aprova a duplicação da linha orçamental para ajuda às geminações.

FEVEREIRO

O Conselho Directivo da ANMP aprova por unanimidade uma moção onde solicita a rectificação do valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro por forma a ser

cumprida a Lei de Finanças Locais.

“Novas Responsabilidades Municipais e Dinamização das Actividades Económicas” é o título de um Seminário promovido pela ANMP, em Coimbra, certame que concitou a presença de mais de duas centenas de participantes.

A Agenda Local do Ambiente é lançada na Sede da ANMP, em atitude que a Ministra do Ambiente consideraria como de reconhecimento pelo papel interventor e validade institucional da Associação aglomeradora do Poder Local.

MARÇO

O X Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que congregou nos Açores, na cidade de Ponta Delgada, mais de um milhar de Autarcas – assim se transformando na maior Magna Reunião algum dia promovida pela estrutura representativa do Poder Local luso –, constituiu-se num êxito absoluto em favor da dignificação do nível da Administração Pública mais próxima do cidadão. O Primeiro Ministro presidiu à Sessão Solene de Abertura e o Presidente da República encerraria os trabalhos que marcaram, designadamente, o regresso dos Autarcas Social Democratas ao Conselho Directivo.

ABRIL

O Seminário “A Regionalização para Portugal: um Desafio Nacional no Dobrar do Milénio”, que a ANMP promoveu em Vilamoura, no Algarve, manifesta-se favorável ao avanço do processo de criação das Regiões Administrativas no Continente, no quadro de um amplo e saudável

consenso das forças políticas e sociais. O Primeiro Ministro presidiu à Sessão de Abertura e aos trabalhos estariam presentes mais de sete centenas de participantes.

A consagração legal de um vasto leque de sanções correspondentes a infracções de diferente gravidade em vez da perda de mandato como penalização única, foi uma das ideias dominantes do Seminário “A Tutela Administrativa”, realizado pela ANMP em Coimbra.

MAIO

Os Municípios devem assumir um papel essencial na resolução dos problemas sociais do País, foi sublinhado no Seminário “A Intervenção dos Municípios na Área Social”, levado a efeito pela ANMP, em Coimbra.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses comemora, em 20 de Maio, o seu Décimo Segundo Aniversário, data que celebraria, também, o Dia da Autonomia do Poder Local.

A Delegação portuguesa aos XX Estados Gerais dos Municípios e Regiões da Europa, que decorrem em Tessalónica, na Grécia, assume, sob coordenação da ANMP, ao longo dos trabalhos, uma presença fortemente participativa que ditaria a inclusão, nas suas conclusões, de uma proposta política de cooperação com os Países de África.

JUNHO

A nova Lei de Finanças Locais terá de ser aplicada com rigor, sendo que só se justifica avançar com nova legislação desde que ela seja integralmente respeitada, enfatizaria Mário de Almeida, Presidente da ANMP, durante o Seminário sobre “O Financiamento das Autarquias”, promovido em Coimbra.

Na sequência de um longo processo que a Associação Nacional de Municípios Portugueses vinha consequentemente prosseguindo, a Assembleia da República aprova por unanimidade a nova Lei da Tutela Administrativa.

Uma proposta da ANMP – no sentido de serem promovidas eleições livres nos Países onde ainda não existem autoridades democráticas – é ratificada, sem qualquer



emenda, pelas cinco centenas de Autarcas reunidos em Istambul, na Turquia, durante a Assembleia Mundial das Cidades e Autoridades Locais.

O Governador Provincial do Niassa, Moçambique, visita a Sede da ANMP, onde debate o aprofundamento da cooperação descentralizada.

JULHO

Durante o Seminário "Gestão de Recursos Humanos nas Autarquias", que a ANMP organiza em Coimbra, conclui-se que a legislação vigente é uma manta de retalhos e um verdadeiro espartilho para uma gestão municipal eficaz.

Na sequência de uma proposta de revisão do Decreto-Lei 55/95, apresentada pela ANMP, o regime de realização de despesas – aquisição de bens e serviços e empreitadas – contempla valores mais elevados.

AUGOSTO

Um parecer da ANMP sobre a Rede Natura afirma ser fundamental a sua participação no Grupo de Trabalho constituído ao nível do Ministério do Ambiente para implementação da Directiva Habitats, enquanto reafirma que a transposição da Directiva para a ordem jurídica nacional não poderá ser feita sem a participação formal e efectiva dos Municípios.

Para compatibilização do Plano Rodoviário Nacional com os interesses locais deverão ser atendidas as posições dos Conselhos de Região das Comissões de Coordenação, afirma o parecer da ANMP, que sustenta também a importância do debate da Rede Municipal de Estradas, com elaboração de um plano financeiro e defina previamente os meios financeiros a transferir para os Municípios.

SETEMBRO

A proposta de Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar é, no essencial, claramente positiva e louvável, reconhece a Associação Nacional de Municípios Portugueses em parecer.

A Ministra do Ambiente celebra o Dia Nacional da Água com a realização de um encontro de trabalho na Sede da ANMP, parceiro que consideraria como fundamental na resolução dos problemas que se levantam no sector.

O Ministro da Administração Territorial da Guiné-Bissau visita a Sede da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em Coimbra, onde se debruça sobre questões de cooperação.



OUTUBRO

Mário de Almeida é eleito Presidente da Organização Internacional de Cooperação Intermunicipal (OICI) durante o XXIII Congresso Ibero-Americano de Municípios, que decorre em Lisboa. Para o Presidente da ANMP, a sua eleição significa sobretudo uma distinção para o Municipalismo português.

O Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Mário de Almeida, é convidado para fazer, em nome do Poder Local europeu, uma intervenção política na Sessão de Abertura da Conferência de Ministros responsáveis pelas Autarquias Locais do Conselho da Europa, que se realiza em Lisboa.

NOVEMBRO

O Conselho Geral da ANMP aprova uma moção onde se propõe à Assembleia da República e ao Governo que no Orçamento de Estado para 97 se inclua a inscrição de 7,3 milhões de contos indevidamente retirados em 95, em rubrica para reforço da capacidade financeira dos Municípios, bem como a inscrição de verba para compensação de isenções ou reduções de Sisa e Contribuição Autárquica, e, ainda, de mecanismos para evitar a quebra de receitas resultante da redução de taxas aprovada no OE para 1995.

O Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no quadro da preparação do processo de transferência de competências, ratificam um conjunto de protocolos que abarcam as áreas dos transportes escolares, alimentação e nutrição, alojamento de alunos, e colocação de pessoal.

O Governo da Guiné-Bissau solicita à ANMP o envio àquele País de uma Missão Técnica, tendo em vista a preparação, ali, de um Seminário sobre Poder Local.

O Presidente da OICI, Mário de Almeida, faz apelo à solidariedade institucional na sequência de um violento sismo que ocorre no Perú, e que abalou fortemente três Municípios do sul daquele País.

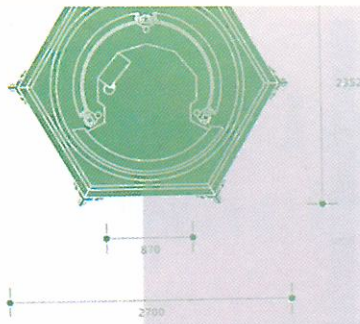
A ANMP apresenta pareceres sobre o Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos e, desfavorável, sobre o Decreto-Lei que regula a instalação e funcionamento dos recintos com diversões aquáticas.

DEZEMBRO

A Associação Nacional de Municípios Portugueses dá início às celebrações dos 20 Anos de Poder Local democrático com um encontro com os jornalistas durante o qual é apresentado, designadamente, o vasto programa comemorativo que se alongará até 20 de Maio de 1997. Entretanto, a Assembleia da República promove uma Sessão Especial sobre a efeméride.

O Conselho Directivo da ANMP aprova o Plano de Actividades e Orçamento para 1997, que agora deverão ser ratificados em Conselho Geral.

A ANMP e os Municípios portugueses colaboram activamente, muito contribuindo para o seu êxito, na campanha "De Portugal para a Bósnia com Amor", que visa proporcionar às crianças daquele País uma época natalícia com algum calor humano.



JCDecaux 
MOBILIÁRIO URBANO

**1ª EMPRESA EUROPEIA
DE MOBILIÁRIO URBANO**

